

***Uma data memorável: memória, história e comemorações do Sesquicentenário da
Adesão do Pará.***

Cleodir da Conceição Moraes* - UFPA

1. Introdução

Estamos em 1973. Ano em que se comemorava o Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Para marcar a data, o governo do Estado promoveu, através do Conselho Estadual de Cultura, uma extensa programação festiva, iniciada em fevereiro, quando, através da Resolução N° 01, foram estabelecidas regras para o concurso nacional de monografias, que teriam *por objeto fatos ou personalidades que mereçam destaque na História do Pará dentro do período compreendido entre 1820 e 1823*.¹ O ponto alto das comemorações ficou reservado para o mês de agosto. De onze a quinze desse mês, foram realizadas exposição de documentos na Biblioteca e Arquivo Públicos, apresentação de bandas militares nas principais praças de Belém, lançamento de livros editados pelo Governo do Estado, passeio *aos pontos pitorescos da Cidade*, outorga de medalhas comemorativas do sesquicentenário, um *Te Deum* na Catedral Metropolitana (Igreja da Sé), às 10:00 horas, mesmo local e hora em que, em 15 de Agosto de 1823, fora celebrada a missa em ação de graças em homenagem à Adesão, além de uma sessão solene, no dia 15 de Agosto, no Teatro da Paz e um jantar de gala oferecido pelo Governador Fernando Guilhon nos salões da Assembléia Paraense, reservado às autoridades e convidados.²

Essa descrição da programação serve para observarmos o desejo do Governo do Estado em dar notoriedade à data. Além disso, o roteiro das comemorações nos convida a um passeio pelos olhares lançados sobre a Amazônia, em especial, ao Pará, no momento em que se comemorava o sesquicentenário, e a suas relação com os projetos político-econômicos do governo brasileiro para a região. Trata-se de um debate ainda incipiente na historiografia produzida na – ou sobre a – Amazônia, que nos instiga a investigar o grau de comprometimento das elites políticas estaduais e municipais em relação aos projetos político-econômicos do governo federal na região. Na verdade, é um debate que extrapola

os imediatos interesses políticos ou econômicos em jogo na década de 1970 e inscreve-se em uma certa tradição de se pensar a Amazônia que, arbitrariamente, podemos datar do final do século XIX. Em razão dos limites desse ensaio, serão privilegiados os estudos de José Veríssimo e Arthur César Ferreira Reis para que a possamos visualizá-la.

2. José Veríssimo e o abatimento das raças cruzadas na Amazônia

Em 1970, sob a direção do Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, foi publicado o livro *Estudos Amazônicos*, uma compilação de ensaios produzidos por José Veríssimo e editados em jornais de Belém e do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Na sua apresentação do livro, o então reitor da UFPA, Aluysio da Costa Chaves, ressaltara que a coletânea não poderia ter vindo a público em ocasião mais oportuna, em que, como em nenhum outro momento, *a Amazônia constitui motivo de real interesse, não somente para os brasileiros, mas para todos os povos*. A atualidade daquela publicação era inequívoca, pois trazia tudo *o que existia – e ainda existe – de curioso, de pitoresco, de original, de importante na vida da Amazônica*.³ Passados cinquenta e quatro anos de seu falecimento,⁴ as palavras de José Veríssimo ainda guardavam a sua importância, na década de 1970, orientando os olhares para a Amazônia.

Mas, que visão de Amazônia e de *amazônida* esses ensaios encerravam? Veríssimo estava, na verdade, preocupado em compreender a nação e sua singularidade nos quadros do progresso da civilização mundial. E recorrendo à história nacional, em que estava inserida a Amazônia, Veríssimo procurava as explicações da nossa *etnogenia*, pois, segundo ele, no processo de colonização da região poderiam ser encontrados *os males da nossa origem*. Mas, o que teria produzido esses males? E quais os remédios encontrados por Veríssimo para saná-los?

Vejamos! Para José Veríssimo, a Amazônia serviu de palco ideal para o cruzamento entre as raças, principalmente, entre brancos e indígenas, pois, no processo de mestiçagem da população amazônica, a contribuição do elemento negro foi insignificante, sobretudo, em razão de sua *pouca importância numérica* na região.⁵ Como produto dessas *raças cruzadas*, ainda não totalmente concluído, o homem amazônico vivia em um estágio de profunda

degradação e abatimento moral. Culpa da forma como se processou a colonização na região. Pois, se por um lado o *tapuio* já não mais trazia os traços originários de civilizações indígenas ancestrais - que deveriam ter sido mais *perfeitas* do que os seus *descendentes atuais*⁶ -, por outro lado, ainda não havia alcançado o mais elevado estágio de civilização devido às perseguições impostas tanto pelos colonos como pelos missionários jesuítas. Isso contribuiu decisivamente para impedir a realização plena de sua perfectibilidade.

Veríssimo explicava que para o Brasil veio o *refugo da sociedade* portuguesa - criminosos degredados e aventureiros audazes e ávidos por enriquecimento rápido -, que não tardaram em empreender a escravidão do nativo. Não era, contudo, na escravidão em si que se encontrava a negatividade desse contato, uma vez que, como seria natural, para cumprir sua missão civilizadora *o conquistador teve pois de aproveitar a raça conquistada, vencê-la e convertê-la em povo útil, transformando-a pelo trabalho, de selvagem em civilizada*. O que poderia ser condenado e reprovado historicamente, era o fato de que *o povo conquistado tenha ficado longe de sua verdadeira missão, esquecendo-se que, como civilizado e cristão, ele tinha o dever de não confundir aproveitamento com perseguição*. E para isso contribuiu muitíssimo a presença dos *ambiciosos sócios de Jesus*, pois, nos constantes conflitos havidos com os moradores portugueses na disputa pela administração do indígena, não mediram esforços no sentido de *tornar o selvagem desconfiado, gerar nele o ódio ao colono e, por conseguinte, à civilização que ele trazia*. De seu turno, com sua avidez e lascividade, os colonos também contribuíram negativamente para formação moral do povo brasileiro. Assim, ao tempo em que se empreendia a expansão portuguesa na Amazônia, esse povo que fora forjado a partir dos primeiros contatos entre brancos e índios no litoral, *não era o mais próprio para educar uma raça selvagem, e prepará-la para o evento da civilização*.⁷ Como resultado desse processo, ao final do século XIX, o homem amazônico, caracterizado como o *tapuio*, vivia em um estágio intermediário entre a barbárie e a civilização.

Caberia, portanto, aos homens do Império— diga-se a elite política e intelectual do país -, e, posteriormente, da República, dar continuidade ao que parcamente havia sido iniciado

no período anterior e viabilizar a verdadeira inserção do país nos quadros da civilização universal. No tocante à Amazônia, dois remédios intimamente relacionados entre si poderiam ser usados: a educação e o povoamento. Paralelamente a uma ação pedagógica, com a ampliação dos estabelecimentos escolares públicos, que abarcasse uma gama maior de analfabetos, deveria ser promovido o efetivo povoamento da região com gente civilizada, como forma indispensável para acelerar o nosso progresso material. Os imigrantes europeus – e entre eles havia uma predileção pelos da Europa Meridional, considerados mais aptos à vida e ao trabalho nas regiões de clima quente⁸ - e, na sua ausência, os trabalhadores nacionais vindos na região sul do Brasil teriam prioridade. Veríssimo acreditava que somente o *cruzamento em larga escala (...) poderá trazer à comunhão brasileira essa raça infeliz que parece-nos fatalmente condenada a morrer nas imensas florestas dos nossos sertões, sem outra luz mais do que a do sol esplêndido desta terra.*⁹ Ou seja, esses trabalhadores, misturando-se com a população mestiça e fornecendo-lhe o exemplo e vigor para o mundo do trabalho, poderiam contribuir para tirar o homem amazônico da sua condição de indolência, de abatimento, de degeneração em que se encontrava e torná-lo mais produtivo e agente do progresso regional e, conseqüentemente, nacional.¹⁰

Promover a regeneração moral e social da população amazônica, significava, portanto, o início da nossa regeneração econômica, antes mergulhada quase que exclusivamente na atividade extrativa, a partir do fomento à produção agricultura – incluindo aí a pecuária. Além do ódio à civilização ter concorrido para *abatimento moral lastimoso* em que se encontrava o *tapuio*, serviu para que ele cultivasse um verdadeiro desprezo pelo trabalho. Some-se a isso a natureza exuberante em que fora gestado esse novo homem, com seus rios infinitamente piscosos, uma floresta repleta de caças e a terra riquíssima de produtos úteis de todas as espécies, *ai estão senão justificando, pelo menos explicando a sua indolência.*¹¹ O povoamento ainda viria solucionar um déficit demográfico histórico da Amazônia, caracterizada como um imenso *espaço vazio*, um *deserto*, um mundo outro, inteiramente desconhecido e ainda não explorado em todas as suas potencialidades pela nação.

3. Amazônia: ameaça internacional e desenvolvimento regional

Os ensaios, que se divulgam neste volume, revelam um José Veríssimo dominado pela Amazônia onde nascera e onde realizara seus primeiros trabalhos de ordem espiritual. Há neles, ao contrário do que sucedia com os ensaios de outros, a compreensão exata do que a região significava. Não se verá aqui uma Amazônia romântica, sob a força de um lendário que lhe assegura certa poesia, é certo, mas importou no desvirtuamento do que ela representava realmente como espaço, como natureza e como resultante da ação criadora e disciplinadora do homem.¹²

Essa era a avaliação que o historiador e ex-governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, fazia aos *Estudos Amazônicos*, de José Veríssimo, por ele prefaciado. Embora ao tempo dessa produção, dizia ele, a Amazônia vivesse o *rush* da borracha, Veríssimo não se deixou envolver pela efervescência da vida material e soube como poucos de sua geração compreender a exata medida do que *a região significava* para a nação. Era um *dominado* pela Amazônia, pela qual possuía *amor filial, incontido*, dedicando a ela grande parte de seu tempo, sempre preocupado em suas investigações fazer uma *revelação digna, objetiva, a indicar o estudo sensato e conclusão que representasse a verdade*¹³ da sociedade, da economia, da cultura do norte do Brasil. Essas elogiosas palavras de Arthur Cezar Ferreira Reis a José Veríssimo não poderiam deixar de indicar uma certa proximidade entre os dois autores, principalmente no que concerne ao caráter de denúncia com o qual se revestiram suas obras. Se para Veríssimo importava denunciar a situação de degradação moral, social e econômica em que se encontrava a Amazônia e suas *raças cruzadas* na virada do século XIX para o século XX, em relação aos progressos da civilização mundial, para Arthur Reis, em sua extensa literatura sobre a região,¹⁴ era preciso dar notoriedade à idéia de que *a cobiça internacional* sobre a Amazônia brasileira, que vinha de longas datas, era algo premente em sua época. Era, portanto, urgente a necessidade *da formulação de uma política brasileira – e não regional – visando a integração da Amazônia, mas que seja, então, uma política sã, promovida com sentido pragmático e cívico, liberta do primarismo dos partidarismos estreitos.*¹⁵ Um planejamento de ações sistemáticas e cientificamente balizado era a solução encontrada para evitar que a Amazônia caísse em mãos erradas,

pois *a continuar a ausência criminosa do poder público, poderemos acordar com o Extremo Norte sob o domínio de estranhos.*¹⁶

Tal como Veríssimo, Arthur Reis também recorre à história do Brasil para ressaltar suas preocupações, pois, para o autor a ausência histórica do governo brasileiro na Região poderia dar espaço para a penetração dos interesses do capital internacional e local na região, a exemplo do que ocorreu à época da extração da borracha, quando a iniciativa privada, através de seringalistas e casas aviadoras, negociavam diretamente a comercialização do produto com os atravessadores e distribuidores internacionais, norteamericanos ou ingleses. Não estariam presentes os verdadeiros interesses da nação. Para corrigir essa omissão, o governo brasileiro deveria promover o desenvolvimento regional, através de uma política de substituição das importações, que visasse o redimensionamento da divisão – *nacional* - do trabalho entre as macro-regiões e estados brasileiros. De acordo com Pere Petit, foi nesse estado de espírito, fundamentado em princípios cepalinos, que ocorreu a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), da qual o primeiro Superintendente foi o próprio historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis.¹⁷

Não dava mais para esperar que apenas a aventura desbravadora de homens audazes - como ocorrera nos primeiros anos da ocupação ou no período áureo da economia gomífera - continuasse a ser a única forma de integração da Amazônia, uma região *despovoada, espaço desértico*,¹⁸ ao território nacional. A fim de se ocupar esse espaço vazio, fazendo eco aos conselhos de Veríssimo, uma das principais preocupações da SPVEA, sob a direção de Arthur Reis, foi o fomento à colonização e ao povoamento da região. Arthur Reis, como Veríssimo, também condenava as afirmações apressadas ou cavilosas daqueles que negavam os trópicos como local possível à permanência do homem branco, onde se poderia realizar a elaboração de uma sociedade progressista e de uma civilização que se aproximasse dos modelos ocidentais.¹⁹ Já fora comprovado, e para isso também contribuiu Veríssimo, que essas conclusões sem fundamento na verdade escondiam as propostas políticas de grupos que só percebiam a Amazônia como área de

exploração desordenada e imediatista de seus recursos, sejam elas ligados aos interesses regionais ou internacionais. O problema da Amazônia não estaria relacionado, portanto, exclusivamente aos males da origem de sua gente, mas principalmente ao seu isolamento em relação ao desenvolvimento nacional, o que começaria a ser solucionado a partir da década de 1950.

4. Concluindo...

Arthur Cezar Ferreira Reis, no dia 15 de Agosto de 1973, proferiu a conferência intitulada *O Pará na Decisão da Independência*, na qual afirmava que:

*A decisão de manter o Brasil como conjunto físico, social, econômico e cultural, não se alterava. Com o 15 de Agosto, a decisão recebia a contribuição da Amazônia que, desse modo, revelava os sentimentos nacionais, que não perdera e em nenhum momento hesitara em proclamar e defender. O Brasil continuava incólume na tecitura de sua continentalidade espacial. A unidade não resultara de milagre, como a potencialidade de nossos dias também não se explica como consequência de força estranha aos desígnios humanos.*²⁰

Esse episódio revestia-se de uma singular importância para Arthur Reis. A decisão pela *independência* representava uma vitória do sentimento nacional sobre os interesses e vontades individuais de alguns paraenses, ainda ligados à causa portuguesa. Com essa fórmula de explicação, Arthur Reis conseguiu fazer a simbiose perfeita entre passado e presente, ao procurar naquele os fundamentos que legitimavam as ações do governo federal no início da década de 1970. Em 1973, sob o auspício do governo Médici, confirmava-se, portanto, a decisão tomada há 150 anos de se manter inalterada a integração *física, social, econômica e cultural* da Amazônia à comunidade nacional. Essa decisão, ressaltava, não fora fruto do acaso, de um *milagre*, assim como não o era a *potencialidade de nossos dias* que colocava o país em *vertiginosa ascensão*.

A prosperidade – ou o desenvolvimento nacional -, não estaria, portanto, dissociados dos *desígnios humanos*, mas era resultado de um projeto racionalmente elaborado pelo governo brasileiro, diante do qual os interesses locais e regionais deveriam sucumbir. Os

projetos de colonização da Transamazônica, de energia elétrica e de ampliação da rede viária, implementados na primeira metade da década de 1970, pareciam fazer eco aos remédios antes propostos por Veríssimo e Arthur Reis. E a idéia de uma *potencialidade em ascensão* garantia sempre em alta as apostas em um país do futuro. No passado, a *adesão* do Pará significou o último elo da corrente que garantiria a unidade territorial necessária para promover a soberania e o progresso material nacional. Através das comemorações do sesquicentenário, o Pará, que em 1823 possuía as dimensões da atual Amazônia, dava provas do seu desejo de renovar aquela decisão e manter a integridade nacional, e isso deveria ser reavivada na memória de sua gente naquele ano de 1973.

* Professor Substituto e Mestrando do programa de Mestrado em História Social da Amazônia, do Departamento de História, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ O vencedor desse concurso foi Mário Barata com a monografia intitulada *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823): gênese, estrutura e fatos de um conflito político*, publicada no mesmo ano de 1973 pelo Conselho Estadual de Cultura.

² Programa das Comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência. Entre essas autoridades ilustres destacaram-se Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro do Conselho Federal de Cultura, Arthur Cezar Ferreira Reis, também membro do Conselho Federal de Cultura e ex-governador do Amazonas, o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança e o General de Divisão Argus Lima, Comandante Militar da Amazônia, representando o Presidente da República.

³ VERISSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, *Apresentação*.

⁴ José Veríssimo faleceu acometido de um ataque de *uremia*, no Rio de Janeiro, à Rua Marques de Leão, Engenho Novo, em 2 de fevereiro de 1916.

⁵ VERISSIMO, Op. Cit. p. 24.

⁶ Para justificar sua hipótese, Veríssimo faz a seguinte comparação: *quem há visto os restos da louça dos nossos selvagens (...) e admirado as formas bizarras, mas elegantes por vezes, das igaçauas, estudando-lhes as gregas caprichosas e o desenho correto, e comparando-os com a louça grosseira, pesada e disforme que o tapuio e o mameluco fazem hoje, não pode deixar de notar essa decadência*. Idem, p. 16.

⁷ Idem, pp. 17-19.

⁸ Idem, p. 60.

⁹ Para Veríssimo isso era um problema político a ser resolvido. Idem pp. 86-87.

¹⁰ BEZERRA NETO, José Maia & GUSMÁN, Décio de Alencar. *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 39-65.

¹¹ VERISSIMO, Idem, p. 23.

¹² Idem, Prefácio p. 2.

¹³ Idem, *Ibidem*.

¹⁴ Entre elas, foram utilizadas para esse ensaio. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982; *Síntese da História do Pará*. São Paulo: Amada-GRT, 1972; e REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

¹⁵ Cf. REIS, 2001, p. 64. Nessa publicação, que se trata de uma coletânea de ensaios escritos por Arthur Cezar, até o ano de 1966, data em que o autor assina a *Apresentação* da obra, não há informações sobre a data em que foram escritos esses ensaios, dificultando assim a sua contextualização.

¹⁶ Cf. REIS, 1982, pp. 3-5.

¹⁷ PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, pp. 66-75.

¹⁸ Op. Cit. REIS, 2001, p. 67.

¹⁹ Idem, 234-235.

²⁰ Cf. Revista do Conselho de Cultura do Pará. Ano 3, nº 12 e 13, Jul./Dez. 1973, pp. 13-24.